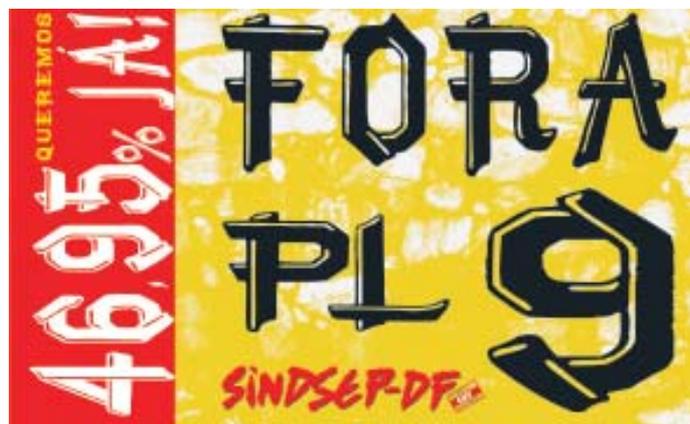


ESPLANADA GERAL

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

QUEREMOS MAIS!

O reajuste proposto pelo governo não repõe sequer as perdas salariais de janeiro de 2002 a março deste ano para nenhum servidor. Queremos a reposição das perdas salariais e a retirada do PL 9.



VEJAMOS O QUE O GOVERNO PROPÕS:

- a) Reajuste de 1% para todos os servidores, válido a partir de janeiro deste ano.
- b) “Vantagem salarial” de R\$ 59,87, válida a partir de maio deste ano.

Segundo o governo, tal proposta inverteria a lógica traçada no governo anterior de dar reajustes maiores para quem ganha mais, e estaria trabalhando dentro do orçamento deixado por FHC, repondo mais para quem ganha menos.

Ora, a Carta de Lula aos servidores deixava clara a sua promessa de recompor as perdas salariais dos servidores. Todos sabemos que isso não podia ser feito de uma só vez, dada a enormidade do buraco deixado por

FHC (necessitamos de 122% de reajuste salarial para repor o que perdemos de janeiro de 95 a janeiro de 2003, nos oito anos de FHC). Por outro lado, é necessária uma política que comece a repensar nossos salários ou, pelo menos, uma política que não tenhamos tantos prejuízos assim, e que permita chegar

ao final do Governo Lula com algum ganho. Esse é o objetivo do pedido de reposição emergencial de 46,95%.

Qual foi o resultado, em termos percentuais, deste 1% mais R\$59,87? Alguns exemplos:

(Considerando que o servidor recebe a Gdata média de 75 pontos)

SERVIDOR DO PCC (PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS)

Nível	Vencimentos (com GAE e Gdata)		Reajuste percentual	O que falta para cobrir as perdas de jan/2002 a mar/2003
	Janeiro 2002	Março 2003 (1% mais os R\$ 59,87)		
Nível Superior A III	1.833,61	1.893,48	3,27%	17,10%
Nível Superior D I	1.057,09	1.116,96	5,66%	14,44%
Nível Intermediário A III	1.107,58	1.167,45	5,41%	14,72%
Nível Intermediário D I	631,00	690,87	9,49%	10,44%
Nível Auxiliar A III	622,19	682,06	9,62%	10,31%
Nível Auxiliar D I	571,00	630,87	10,49%	9,44%
Inflação (INPC) de janeiro/2002 a março/2003			20,92%	

Em termos simples, o servidor que recebeu mais (em percentuais) necessitaria de uma reposição de 9,44% para repor suas perdas. Ou seja, todos estamos perdendo, então, como cumprir a promessa de recompor as perdas se elas estão aumentando? Além disso, a criação desta “vantagem salarial” seria mais um item no contracheque, mais uma gratificação, na contramão do que estamos pedindo, que é a incorporação das gratificações.

Nessa situação, o SINDSEP declara:

- 1% é inaceitável! Reajuste emergencial de 46,95%; negociação sobre como recompor os 122% que FHC roubou!
- Prioridade para os que ganham pouco. Implantação do Plano de Carreira da Condsef, que prevê a incorporação de todas as gratificações ao salário-base, inclusive GAE e Gdata. É dessa forma que conseguiremos corrigir as distorções e não com novas gratificações.
- Política Salarial com reajuste automático toda vez que a inflação acumulada ultrapassar 5% (de janeiro a março deste ano, ela já acumula 5,39%).

ASSEMBLÉIA GERAL, DIA 24/4, ÀS 12H, NO ESPAÇO DO SERVIDOR



MANIFESTANTES PROTESTAM NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS CONTRA O PL 9 E EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO DIA NACIONAL DE LUTA

RESPEITO AOS QUE GANHAM POUCO?

O governo declarou e escreveu em sua nota técnica que queria inverter a lógica do governo anterior de reajustar mais os que ganham menos. Entretanto, na tabela distribuída à comissão de negociação existe um problema, o governo declara que os servidores do PCC tiveram “ganhos salariais” de 32% a 39% (NS), 15% a 18% (NI) e 9% a 15% (NA) no ano passado. De onde vieram tais valores? Simplesmente computando a Gdata máxima para todos os servidores. Ora, a maioria dos servidores não recebe a Gdata máxima, sendo que parcela expressiva da categoria, como aposentados e pensionistas, recebe pelo valor mínimo (10%). Ressalte-se que o governo declara que o PCC recebeu “ganhos salariais” maiores que quase todas as outras categorias.

O SINDSEP reafirma que é necessária a incorporação das gratificações, todas elas, ao salário, e principalmente as que são do tipo Gdata para que se faça qualquer comparação. Para o servidor que está com a espada da Gdata em seu pescoço, inclusive com a possibilidade de demissão em caso de notas negativas, vê que esse instrumento de divisão e destruição dos servidores é “ganho salarial” inaceitável. Repudiamos os termos usados e exigimos a incorporação já da Gdata pelo seu valor máximo.



GOVERNO ANUNCIA O ÍNDICE DE REAJUSTE OFICIAL NA AUDIÊNCIA COM OS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES SINDICAIS

Reajuste anunciado pelo governo não satisfaz servidor

Após o anúncio oficial do governo de conceder 1% de reajuste para todos os servidores, e mais a vantagem salarial de R\$ 59,87, fomos buscar nas ruas de Brasília a opinião do servidor público sobre o assunto.



Para o servidor do Ministério da Fazenda, José Cruz de Medeiros, o reajuste anunciado pelo governo “foi uma decepção realmente, pois estávamos esperando algo mais. Um por cento de reajuste não repõe as perdas acumuladas durante esses oito anos, nem o aumento dos serviços básicos, como alimentação, vestuário, plano de saúde, entre outros.

E o abono de R\$ 59,87 também não vai adiantar, pois ainda não sabemos se o governo irá incorporar esse abono no nosso salário. Eu acho que a equipe econômica do Lula está deixando muito a desejar. Na época da transição de governo, eles já deveriam estar pensando numa maneira de conceder um reajuste um pouco maior e melhor para a nossa categoria, já tão sacrificada.

Acho que, agora, vamos precisar nos unir e nos mobilizar para tentar conseguir um aumento um pouco melhor. Votamos e elegemos Lula presidente para mudar e não para que tudo continuasse como antes”.



O servidor do Ministério do Trabalho e Emprego, Jaildo Alves de Almeida, classificou como vergonhoso o aumento anunciado pelo governo.

“É uma vergonha do Governo Lula conceder esse reajuste de 1% ao funcionalismo público. Todo servidor que votou no Lula esperava um pouco mais. Afinal, estamos sem aumento há oito anos e durante todo esse tempo, tudo subiu (as tarifas básicas), como gás, alimentação, vestuário, entre outros.

Realmente, eu esperava mais. Um por cento e abono de R\$ 59,87 não compensam nossas perdas salariais”.



A servidora do Ministério da Educação, Ivete Bernardino Justino, disse que o reajuste de 1% foi como se o governo jogasse um balde de água fria na cabeça do servidor.

“Realmente esse aumento foi ridículo. Um por cento não dá para nada e muito menos vai repor nossas perdas. E o abono de R\$ 59,87

também não resolve. Acho que o governo poderia esperar um pouco mais para anunciar o tão esperado aumento, porque os servidores públicos, em sua grande maioria, estavam aguardando esse momento com muita ansiedade e esperança. É como se fosse jogado sobre nossas cabeças um jato de água fria, ficamos sem reação e não esperávamos que fosse tão pouco, mas por outro lado, acho que se faz necessário darmos mais um voto de confiança ao governo para que ele possa pensar melhor e rediscutir essa posição”.



Segundo a servidora do Ministério do Trabalho, Rosemar Teixeira Lyra, após oito anos sem aumento salarial, ter que ouvir do governo que só pode dar 1% de reajuste parece uma brincadeira.

“Acho que o governo teve muito pouco tempo para analisar e discutir um aumento melhor para a nossa categoria. Um por cento não dá para repor as perdas salariais, nem para suprir

o aumento que tivemos nos serviços e tarifas básicas. Mas, apesar disso, acho que devemos dar um voto de confiança a mais para o Governo Lula e a sua equipe, pois a herança que ele recebeu do governo anterior foi muito pesada e para resolver todas as pendências, há de se levar um tempo”.

EXPEDIENTE

Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – SBS, Q.1, Ed. Seguradoras, 16º e 17º andares – Brasília/DF – CEP: 70300-500 – Fone: 321-1183 – E-mail: imprensa@sindsep-df.com.br – Fax: 225 0699. Fundado em 28/8/87 – Registro MTb Nº 1564 CGC: Nº 03.656.576/0001-08.

Jornalista Responsável: Ana Paula Oliveira RP 4026 DRT 884-DF – Responsáveis pela Secretaria de Imprensa: Luiz Bicalho, Jacira da Silva e Hermes Araújo – Revisores: Cristina Victor RP 14960/RJ e Demerval Fernandes Dantas RP 695/05/42/DF – Repórter-Fotográfico: Ronaldo Barroso RP 4736/DF – Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Izabel Alexandre – Tiragem: 17.000 – Impressão: Intergraf

CONGRESSO DA CONDSEF REAFIRMA:

“NEGOCIAÇÃO SIM, PACTO NÃO” VAMOS DERROTAR O PL 9

O Congresso da Condsef aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de abril, em Caldas Novas-GO, com a presença de 330 delegados e serviu para discutir os diversos problemas dos servidores e a sua luta.

Entre os pontos centrais que foram discutidos encontra-se a luta em de-

fesa da Previdência Pública, Solidária e por Regime de Repartição. Foi realizado um debate com o companheiro Serge Goulart e, na ocasião, mais de 40 exemplares do livro “Devolvam nossa Previdência”, de sua autoria, foram vendidos. O Congresso reafirmou a

posição da direção da Condsef de defesa da Previdência e da luta contra o PL 9. Também foi aprovada, por ampla maioria, a proposição apresentada para o Congresso da CUT de “negociação sim, pacto não”.

Nas questões salariais, foram aprovadas as rei-

vindicações já debatidas pela CNESF. Além dessas, foi reafirmada, por ampla maioria, a luta pelo Plano de Carreira da Condsef.

Reafirmada a posição de não-participação nos conselhos, inclusive com uma crítica ao CNDES. Por outro lado, foi acer-

tada por consenso, a realização de um seminário para discutir o SUS e as Conferências de Saúde (existiram posições contra e a favor).

O Congresso renovou o ânimo da categoria para a continuidade da luta em defesa da Previdência e pelo reajuste salarial.



DELEGADOS PARTICIPAM DO CONGRESSO DA CONDSEF E REITERAM A POSIÇÃO CONTRÁRIA AO PL 9 COM ÂNIMO RENOVADO PARA CONTINUAR A LUTA

DIREÇÃO DA CONDSEF FAZ UM BALANÇO DO CONGRESSO



O diretor da Condsef, **Josemiltom Maurício da Costa**, avaliou como positivo o Congresso Extraordinário da Condsef. “É preciso lutar para que o governo trilhe em defesa dos trabalhadores e não em defesa dos grandes empresários. Queremos uma política de emprego decente, uma reforma agrária que contemple o homem do campo, a reconstrução do serviço público e toda a nossa pauta de reivindicação.

O Congresso aprovou, por unanimidade, a rejeição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social por achar que esse conselho não tem legitimidade e nem representa a classe trabalhadora. Trata-se de um conselho unilateral que atende somente aos empresários”.



Para o secretário de Política Internacional da Condsef, **Walter Matos**, a Confederação acertou em chamar esse evento de Congresso Extraordinário no atual momento em que vivemos.

“Reafirmamos uma Previdência Pública, Solidária e por Regime de Repartição. Defendemos o arquivamento do PL 9, a Emenda Constitucional nº 20 e todo o resto da política nefasta deixada por FHC.

Aprovamos um combate mais amplo possível contra a Alca e elegemos uma pauta de reivindicação reafirmando o reajuste emergencial e a reestruturação do serviço público”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, em cumprimento ao art.15 do seu estatuto, convoca eleição para preenchimento de vagas ao cargo de delegado sindical, a realizar-se nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2003, conforme critérios abaixo estabelecidos.

Da inscrição:

O(a) candidato(a) deverá inscrever-se até o dia 25 de abril, mediante o preenchimento de ficha de inscrição, à disposição na sede do sindicato, ou com os diretores.

Da candidatura:

Poderá ser candidato(a) todo(a) filiado(a) ao Sindicato até o dia 25 de abril de 2003.

Das eleições:

As eleições serão no horário de 7h30 às 17h, nos locais de trabalho, conforme cronograma abaixo relacionado:

7 de maio – órgãos localizados na Asa Sul, Asa Norte, Setor de Autarquias Sul, Setor de Autarquias Norte, Setor de Indústria e Abastecimento, Setor de Indústrias Gráficas, Setor de Clubes Norte e Sul, Parque Nacional e Esaf.

8 de maio – órgãos da Esplanada dos Ministérios

9 de maio – órgãos localizados nas cidades-satélites

Obs.: Nos órgãos de funcionamento ininterrupto, as eleições ocorrerão nos dias 8 e 9 de maio, no horário de 7h30 até as 17h.

Os casos omissos serão definidos pela Comissão Eleitoral, conforme o Regimento Eleitoral e o Estatuto da entidade.

SINDSEP-DF SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF 

**FICHA DE INSCRIÇÃO
ELEIÇÃO DELEGADO SINDICAL**

PREENCHER EM LETRA DE FORMA

NOME		MATRÍCULA SIAPE
END. RESIDENCIAL		
CIDADE		
CEP	FONE RESIDENCIAL	CELULAR
ÓRGÃO EMPREGADOR		
LOCAL DE TRABALHO		
TELEFONE TRABALHO	E-MAIL PESSOAL	
E-MAIL TRABALHO		

Brasília-DF, ____ de _____ 2003.

ASSINATURA

RECIBO

Recebi do(a) servidor(a) _____ a ficha de inscrição referente à ELEIÇÃO DE DELEGADO SINDICAL do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF. Por ser verdade assino o presente recibo.

Brasília-DF, ____ de _____ 2003.

Assinatura

SINDSEP-DF

Tudo que é preciso saber para ser um delegado sindical

Os delegados sindicais são os pés e as mãos do sindicato. São eles que levam a política da entidade a cada local de trabalho, que organizam os companheiros e que informam a direção que deve ser dada aos problemas, às reivindicações e às condições de mobilização no setor.

Nos órgãos em que houver cinco ou mais delegados sindicais pode ser constituída uma **Seção Sindical**, contando com uma coordenação composta por todos os delegados sindicais, entre os quais a assembléia local escolhe um coordena-

dor, um secretário, um tesoureiro, um responsável pela imprensa, um responsável pela área jurídica, e outras funções que a própria assembléia local decidir. Nos locais onde há menos de cinco delegados sindicais, eles funcionam como delegados avulsos.

Os delegados sindicais são escolhidos em eleições diretas em cada local de trabalho, na proporção de um para cada 50 associados do mesmo órgão. Eles se reúnem uma vez a cada 15 dias para avaliar e encaminhar o trabalho sindical no setor. Também são membros e participam da Diretoria Plena do Sindicato.

A delegacia sindical é um local de militância e aprendizagem onde é possível se dedicar aos interesses coletivos da categoria, conhecer e transmitir a realidade das condições de vida e de trabalho dos servidores públicos, participar de mobilizações e negociações, organizar e discutir, servir e crescer como trabalhador e como ser humano.

É feita sob medida para você, colega e companheiro, que deseja colaborar e influir, somar e multiplicar.



O QUE É A APOSENTADORIA COMPLEMENTAR? E FUNDOS DE PENSÃO?

No caso de não existir a aposentadoria integral, cria-se a aposentadoria complementar, geralmente via Fundos de Pensão. Um exemplo disso é o que aconteceu no Chile, onde foram criados 22 fundos, dos quais 16 faliram e, dos seis que sobraram, dois estão em processo de falência. Por quê?

O problema é que eles devem pagar benefícios, mas investem o dinheiro no mercado financeiro e o resultado é que ganham os capitalistas e os grandes bancos. Geralmente, a empresa patrocinadora do fundo (ou seja, a empresa em que trabalham os beneficiários do fundo) vê-se obrigada a fazer aportes ao fundo para suprir o déficit.

Para impedir que tal fato aconteça e fazer com que o déficit seja coberto somente pelos servidores ou obrigar a rebaixar a aposentadoria, FHC propôs o PL 09, que diz o seguinte:

Art. 7º O regime de Previdência complementar de que trata a presente lei complementar garantirá aos participantes de seus planos os mesmos benefícios de renda programada e continuada oferecidos pelo regime previdenciário a que estiver vinculado.

Parágrafo 1º O regime de que trata o *caput* terá caráter contributivo, observados critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, não podendo a contribuição normal de patrocinador para os planos de benefícios, em hipótese alguma, exceder a do participante.

Ou seja, passamos a ter reajustes na Previdência Complementar não mais de acordo com os reajustes gerais da Previdência e o empregador (o governo) fica proibido de fazer aportes que supra o déficit do fundo. Em termos claros, acaba a aposentadoria integral a partir da edição do PL 09 para todos os novos servidores (e os atuais seriam pressionados a aderir – voluntariamente ou compulsoriamente – sob o argumento de que seriam privilegiados por não aderir).



QUAL A DIFERENÇA ENTRE A NOSSA APOSENTADORIA E A DO SETOR PRIVADO?

São duas questões: a nossa aposentadoria é vinculada ao salário do servidor na ativa e a nossa contribuição (e também o valor da aposentadoria) só tem como teto o valor recebido pela autoridade máxima de cada Poder (Presidente, deputado ou senador, juiz do STF).

Vejamos como isso se coloca em termos de lei. O governo, após ter obtido essa primeira vitória (EC 3), partiu para cima, para acabar com nossa aposentadoria integral.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 estabeleceu que:

“§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

(ou seja, passamos a ter os mesmos critérios que os trabalhadores da iniciativa privada naquilo que não for regulamentado)

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15 - Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos

servidores titulares de cargo efetivo.”

Traduzindo os três artigos, se for votada uma lei instituindo uma Previdência Complementar, os servidores terão um teto – que será igual ao teto dos trabalhadores da iniciativa privada – e estarão também sujeitos ao mesmo critério de reajuste, que é o “índice de correção das aposentadorias”. Todos nós conhecemos casos de pessoas que se aposentaram com 4 ou 5 salários mínimos e hoje recebem um salário mínimo.

Além disso, o teto da iniciativa privada vem caindo constantemente. Era de 20 salários mínimos, baixou para 10 e agora é de 10 “salários de referência”, salário esse equivalente a 75% do salário mínimo. Ou seja, em valores de hoje, baixou de R\$ 4 mil para R\$ 2 mil e hoje vale R\$ 1.576!



EM DEFESA DE UMA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E SOLIDÁRIA



A deputada Alice Portugal (PC do B/BA) fez um pronunciamento na sessão ordinária da Câmara dos Deputados, no dia 7 de abril, sobre a reforma da Previdência. De acordo com a deputada:

“As vítimas do momento são os servidores públicos, apontados como culpados pelo badalado déficit da Previdência e como casta privilegiada que usufrui benefícios incompatíveis com um ‘Estado moderno’.

O governo insiste em não financiar a complementação das aposentadorias e pensões do setor público. Para livrar-se do encargo, pretende unificar os regimes de Previdência, fixando um teto para os benefí-

cios, de preferência baixo, instituindo a cobrança de contribuições dos inativos, adotando alguma espécie de fator previdenciário para reduzir os benefícios, etc.

E o propalado rombo da Previdência do setor público é, na verdade, a parte não repassada que cabe aos governos – federal, estaduais e municipais – como empregadores no pagamento dos benefícios aos seus servidores inativos.

Desde 1938, as contribuições são recolhidas e têm destinos variados. Triste foi o fim de fundos de pensão como a Capemi, dentre outros, que serviram de sumidouro de contribuições de servidores.

O pano de fundo da crise é que as chamadas forças do mercado, interessadas nos lucros que podem

auferrir sobre essa nova clientela, investem contra a Previdência dos servidores públicos.

Os servidores votaram em peso na candidatura Lula, exatamente por terem a confiança de que seu governo traria mudanças e permitiria o resgate do respeito ao serviço público em nosso país.

A principal causa da crise da Previdência decorre dos rumos da economia. Sem romper com o modelo neoliberal aplicado nos últimos anos, que suga todas as riquezas nacionais para servir unicamente aos interesses do capital financeiro, não haverá crescimento da economia. Sem a retomada do crescimento, não haverá geração de emprego e renda. Sem isso, não se amplia a base contributiva”.

ALICE PORTUGAL DURANTE SUA INTERVENÇÃO

A deputada Alice Portugal, em seu pronunciamento, fez também algumas citações de professores sobre a reforma da Previdência.

O professor Paul Singer diz que: “O rombo da Previdência não existe em termos legais nem morais. A tradição brasileira, inteiramente conforme a tradição internacional, é que o custeio da Previdência é de responsabilidade dos próprios trabalhadores, de quem os emprega e da União. A campanha em curso de reforma da Previdência, justificada pela ameaça de déficit crescente, se baseia em argumentação falsa. Poder-se-ia do mesmo modo falar do déficit da saúde pública e da assistência social, nesse processo de descompromisso do Governo Federal em relação à seguridade social”.

Para o professor César Benjamim, “o que vem sendo chamado de déficit da Previdência Social é, na verdade, o déficit da Seguridade Social. São coisas muito diferentes. O maior avanço inscrito na Constituição de 1988, em termos de direitos sociais, foi a proposta (nunca completamente implantada) de formação de um sistema integrado de Seguridade, com três componentes: a saúde pública (amparo aos doentes), a assistência social (amparo a portadores de deficiência e pessoas em situações de risco social) e a Previdência (amparo aos que ultrapassaram o período de vida laborativa). Os dois primeiros correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela sociedade como um todo (as contribuições sociais). Portanto, não se aplica nesses casos o conceito de déficit (ninguém diz, por exemplo, que uma escola pública, que oferece ensino gratuito, é deficitária; tampouco se pode dizer isso de um hospital público, ou da assistência a uma pessoa pobre, portadora de deficiência grave). Só o terceiro componente da Seguridade Social (a Previdência propriamente dita) é capaz de gerar receitas. Incluir as despesas da Seguridade, como um todo, no chamado déficit da Previdência é um artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema”.

DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA

De acordo com Alice Portugal, “sabe-se que os bancos figuram entre os maiores devedores da Previdência e que utilizam seu poderoso lobby e seu batalhão de juristas, dispostos a fabricar pareceres ao gosto do cliente, para se beneficiarem de brechas na lei. Somente o Banco Itaú, o segundo maior banco privado do Brasil, deve à Previdência montante que beira os R\$ 400 milhões, dívida que é ampliada se computarmos que o Banerj, comprado pelo mesmo Itaú, deve sozinho mais de R\$ 150 milhões. O Banespa/Santander deve ao Instituto R\$ 162 milhões. O Unibanco é outro grande devedor. O grupo Canhedo, que controla a Vasp, deve à Previdência R\$ 690 milhões. A empreiteira Mendes Jr. deve outros R\$ 417 milhões. A Golden Cross, R\$ 241 milhões; a empreiteira C.R. Almeida, R\$ 179 milhões; a Gazeta Mercantil, R\$ 181 milhões; a Transbrasil deve cerca de R\$ 600 milhões; a Vale

do Rio Doce, R\$ 300 milhões. Encol, Caixa Econômica Federal, Volkswagen, Mercedes-Benz e outras gigantes da economia também não honram seus débitos milionários com a Previdência. Além disso, mais de três mil repartições públicas não pagam seus débitos com a Previdência”.

Uma reforma justa

É preciso que os brasileiros saibam que existem duas concepções diferentes de Previdência e de reforma da Previdência. Uma é a reforma defendida pelos setores dominantes, pelas elites políticas e financeiras, que vêem a Previdência como um grande negócio que recolhe o dinheiro a curto prazo e o devolve a longo prazo. Não é por outra razão que os maiores gastos de publicidade dos grupos financeiros estão concentrados na propaganda de seus planos de previdência privada.

A outra reforma da Previdência é a defendida por setores comprometidos com a manutenção da Previdência pública, solidária e humana.”

O SINDSEP É CONTRA!

Veja as propostas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a reforma da Previdência

O QUE É CONSENSO NO CONSELHO

- Instituição de um teto comum para remunerações e aposentadorias das três esferas (no setor público).
- Aumento de carência para aposentadoria no regime próprio dos servidores.
- Manutenção de um regime específico para os militares.
- Estabelecimento de um novo teto de benefícios para o INSS (hoje é de R\$ 1.561,56), e aumento do piso (salário mínimo).

SEM CONSENSO COM APOIO DA MAIORIA

- Introdução de um teto único para todos os regimes previdenciários brasileiros nos setores público e privado.
- Contribuição dos inativos.

SEM CONSENSO COM APOIO DA MINORIA

- Elevação da idade mínima para aposentadoria.
- Unificação do limite de idade entre homem e mulher.
- Redução do valor das pensões.
- Provento de aposentadoria equivalente à remuneração líquida do servidor.

O DEPUTADO
JOÃO FONTES
(PT/SE),
PRESENTE AO
ATO PÚBLICO
NO NEREU
RAMOS, FEZ A
SEGUINTE
DECLARAÇÃO:
“A REFORMA
QUE A GENTE
PRECISA FAZER
É A REFORMA
AGRÁRIA”.



O SINDSEP ESTARÁ ORGANIZANDO
ASSEMBLÉIAS NOS LOCAIS DE TRABALHO
PARA DISCUTIR O REAJUSTE E A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

ÚLTIMAS

A Guerra continua

Os imperialistas Bush e Blair avançam no massacre ao povo iraquiano, tentando mostrar o poderio armamentista que eles têm e que são os “donos do mundo”.

O ataque ao Iraque só não basta, pois, como afirmou o subsecretário de Estado norte-americano, Paul Wolfowitz, “o fato de que não foram encontradas armas químicas no Iraque prova que elas foram transferidas para a Síria”.

Portanto, essa ação é a ponta de um iceberg, como já vem sendo anunciado por eles em relação à Coreia, ao Irã e à Síria, a partir daí outros virão. Por isso, devemos continuar lutando contra as guerras e em defesa do povo de qualquer país, além de realizar e participar de manifestações contrárias a essa questão. Vamos seguir o exemplo dos diversos países que se manifestaram durante esse episódio.

Aqui no Brasil, a guerra é outra, ela está nas ruas e nas casas da população que se encontra totalmente desprotegida contra os ataques do narcotráfico e das epidemias (dengue e outras), dos desastres ecológicos, como o que poluiu os rios de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, resultado do desmonte do serviço público, que impede a realização de um trabalho de qualidade em favor da população.

Parlamentares dizem não à independência do Banco Central

Os delegados do Banco Central, presentes ao IX Congresso do SINDSEP/DF, realizado de 28 a 30 de março, em Brasília, declararam sua solidariedade junto aos parlamentares que se manifestaram contra a chamada “autonomia do Banco Central”, durante a votação da PEC 53.

A assembléia estatutária do SINDSEP no Banco Central, realizada no dia 26 de março, reafirmou a defesa de um banco a serviço da poupança popular e do desenvolvimento econômico, concluindo que a dita “independência” visa colocá-lo sob controle do mercado e da especulação financeira. A posição contrária à independência do BC foi aprovada pelo Congresso da Condsef.

FMI novamente?

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, foi novamente a Washington negociar com o FMI e é claro que a pauta foi o ajuste fiscal, que passa pela retomada do PL 9, que impõe ao servidor retirada de direitos e empurra os Planos de Previdência Complementar. Projeto antigo dos banqueiros e empresários, que só visam o lucro às custas da especulação e taxas de juros. A participação dos servidores públicos nesses fundos é um bom negócio para eles, já que vai encher os bolsos deles e esvaziar os nossos mais uma vez, conforme experiências internacionais (Chile e Argentina), onde foram implantados esses fundos e quebraram.

Além de querer sobretaxar os aposentados e alterar o tempo para a aposentadoria, a lógica do superávit primário de 4,5% é um ataque aos direitos sociais, pois esse aparente aumento da economia retira os recursos constitucionais que deveriam ir para a Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), comprometendo o destino das contribuições (Cofins, CPMF, PIS/Pasep e outros), que garantiriam uma Previdência Social Pública para nós, servidores públicos, e os demais trabalhadores.

SERVIDORES PROTESTAM CONTRA O PL 9

Manifestação foi marcada por paralisações parciais, atos de protestos e debates

Os servidores públicos federais em todo o País realizaram manifestações no dia 8 de abril último, classificado como Dia Nacional de Luta, em protesto contra a estratégia do governo de levar adiante a tramitação do PL 9 (projeto de lei que autoriza a criação de fundos de pensão para novos servidores).

Em Brasília, os servidores realizaram um ato público que teve início no Espaço do Servidor. De lá, uma comissão representada por várias entidades sindicais seguiram em passeata até o Palácio do Planalto, onde foram recebidos pelo secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Luiz Fernando Silva. Os servidores aproveitaram a oportunidade e entregaram ao secretário

o abaixo-assinado com 20 mil assinaturas, pedindo o arquivamento do PL 9. Após a entrega do abaixo-assinado, os manifestantes fizeram outro ato no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no qual foi colocado que a campanha de assinaturas na Carta a Lula vai continuar, até que o objetivo de retirada do PL 9 seja alcançado. Estiveram presentes ao evento parlamentares do PT e do PC do B.

O deputado João Fontes (PT/SE) fez a seguinte declaração: "A reforma que a gente precisa é a reforma agrária". E a deputada Jandira Feghali (PC do B) fez um alerta sobre o PL 9. Disse que o projeto pode até ser retirado e vir com outra forma que mantenha o seu conteúdo.



SERVIDORES OCUPAM O AUDITÓRIO NEREU RAMOS NUM ATO PÚBLICO CONTRA O PL 9 E EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

VEJA COMO FOI O DIA 8/4 NOS ESTADOS

SÃO PAULO

Cerca de 300 pessoas ocuparam a calçada em frente ao Fórum Pedro Lessa, na Avenida Paulista.

CEARÁ

Em torno de mil servidores da Justiça Federal, auditores da Receita e funcionários do Banco Central fizeram uma manifestação em frente ao Fórum da Justiça Federal, pedindo o arquivamento do projeto.

NATAL

Servidores do Rio Grande do Norte realizaram um ato público em frente ao prédio do INSS e participaram de uma passeata. O ato foi coordenado por várias entidades de servidores públicos federais e estaduais. Os discursos foram todos feitos no sentido de esclarecer à sociedade sobre a real situação da Previdência Social. Foi bastante questionada a idéia de que existe um déficit na Previdência causada pela aposentadoria dos servidores públicos.



REPRESENTANTES DE ENTIDADES SINDICAIS NA ENTREGA DAS 20 MIL ASSINATURAS CONTRA O PL 9 AO SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MPO

ARACAJU

O ato público contra a privatização da Previdência reuniu cerca de 200 pessoas e foi realizado em frente ao prédio do INSS.

CURITIBA

Em frente à Universidade Federal do Paraná, 150 servidores realizaram um ato público contra o PL 9. O evento contou com a participação de mais de 11 entidades de servidores federais e estaduais.

BELO HORIZONTE

Um grande ato público aconteceu em frente ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado. Durante o ato, houve uma intensa panfletagem sobre a questão da Previdência.

RIO DE JANEIRO

Servidores realizaram um ato público em frente ao Instituto da Previdência.

SANTA CATARINA

O protesto reuniu cerca de 500 servidores em frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho. Funcionários do INSS e da UFSC cruzaram os braços durante todo o dia.

PERNAMBUCO

Nesse estado não funcionaram os serviços ambulatoriais de quatro grandes hospitais do Recife. Ficaram também sem serviço seis postos de saúde da capital e 95% dos postos do INSS.

** As manifestações de protesto em todo o País demonstram que os servidores públicos federais não estão dispostos a ficar calados no processo de reforma da Previdência e não concordam com as propostas contidas no PL 9 e defendidas pelo Governo Federal.*